



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 7.735, DE 2014

(Do Poder Executivo)

Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição; os arts. 1, 8, "j", 10, "c", 15 e 16, §§ 3 e 4 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético; sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado; sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA Nº , de 2014

Dê-se ao inciso I do art. 1º do PL 7.735, de 2013, a seguinte redação:

“Art. 1º.....

.....

I – ao acesso ao patrimônio genético oriundo do País, bem de uso comum do povo encontrado em condições **in situ**, ou mantido em condições **ex situ**, desde que coletado em condições **in situ** no território nacional, na plataforma continental, no mar territorial e na zona econômica exclusiva;

.....

.....(NR)”

JUSTIFICATIVA

O projeto, no inciso I do art. 1º, estabelece que a lei dispõe sobre bens, direitos e obrigações relativos ao acesso ao patrimônio genético do País, bem de uso comum do povo encontrado em condições *in situ*, **inclusive espécies domesticadas**, ou mantido em condições *ex situ*, desde que coletado em condições *in situ* no território nacional, na plataforma continental, no mar territorial e zona econômica exclusiva.

Da maneira como está redigido, o parágrafo permite a inclusão de espécies exóticas e domesticadas no âmbito da norma. Espécies exóticas são as que não são originárias do país e entende-se por espécies domesticadas, aquelas que passaram por um processo evolutivo conduzido pelo homem para adaptar plantas e animais às



CÂMARA DOS DEPUTADOS

necessidades humanas. Plantas domesticadas são aquelas geneticamente distintas de seus progenitores selvagens.

Cumprе ressaltar, que da forma como está redigido, o projeto concede, indiretamente, a possibilidade da cobrança indistinta pelo uso de espécies que não estão cobertas pelo referido tratado, ao considerar as espécies domesticadas, por exemplo, podemos citar a soja; o café e a cana de açúcar - essenciais ao agronegócio.

Além disso, é necessário retirar a possibilidade de inclusão de espécies exóticas do escopo da norma; uma vez que a redação para que a lei disponha sobre o acesso ao patrimônio genético "existente no país", como se encontra no projeto, pode caracterizar bitributação quando da efetiva implantação do Protocolo de Nagoya.

Sala das Sessões, em de de 2014.

Deputado Moreira Mendes
PSD/RO